

Acta nº 1/2004

Aos treze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quatro, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
3. 1ª Revisão Documentos Previsionais Ano Financeiro de 2004 (Orçamento da Receita da Despesa, PAM e PPI);
4. XIV Congresso da ANMP – Eleição do representante das Juntas de Freguesia;
5. Proposta de Alteração dos Estatutos da ADERE – Peneda Gerês.

Registando-se quorum, estiveram presentes sessenta e um membros. Não compareceram à chamada os senhores António Alves Ferreira, Alberto Martins Fernandes, Paulo Jorge Miranda da Cruz, Nuno Duarte Miranda Justo, António José Silva Carvalho, António Carvalho Azevedo, João Moura Rodrigues, José Domingos Silva Ferrage, António Gregório Azevedo Dias e Manuel Lopes Júnior.

No prazo legal justificaram as faltas à sessão do dia 22 de Dezembro de 2003 os senhores António Maria Dias Cascais, António Bernardes Fidalgo, Fernando Gonçalves de Moura, José Miranda Alves e António Gregório Azevedo Dias.

Não justificaram as faltas à sessão do dia 22 de Dezembro de 2003 os senhores António José Silva Carvalho, Acácio Silva Gonçalves, José Diogo Vaz Pereira, Manuel Dias Baptista, e João Moura Rodrigues.

Foi posta à consideração a acta da sessão anterior, tendo-se inscrito para intervir os deputados Acácio Gonçalves, José Coelho, Fernando Moura, Francisco Surreira, Luis Carril e José Rodrigues.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa, para alterar a sua intervenção:

“Exmº Senhor
Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre:

Venho por este meio solicitar a correcção da transcrição do que foi dito na Assembleia Municipal de Montalegre.

Página 5:

- Sobre as candidaturas a cozinhas regionais para produção de fumeiro através do programa AGRIS em Montalegre a C. M.M. não faz rigorosamente nada para apoiar os produtos de fumeiro em Barroso, ao contrário da C.M.B. que sendo responsável pelo desenvolvimento do concelho assume a colaboração do projecto com técnicos que põe ao dispor dos agricultores.

Em Montalegre procede-se ao contrário do que naturalmente seria aceitável, quer na elaboração do projecto de engenharia da cozinha, quer no próprio licenciamento que

deveria a nosso ver ser efectuado pela C.M.M. como se faz em Boticas e não como se tem feito que é despachar o agricultor para a Cooperativa onde tem de pagar pela elaboração do projecto.

Fica a pergunta no ar: Será que a C.M.M. tem medo que possam os agricultores fazer concorrência à futura fábrica do fumeiro que a Cooperativa vai levar a efeito já que é uma apoiante incondicional desse projecto ao ponto de lhe ter vendido um lote de terreno a 100\$00 o metro quadrado.

Fica a pergunta no ar.

Montalegre, 13 de Fevereiro de 2004

Assina, Acácio da Silva Gonçalves”

O deputado José Coelho disse que considerava injusto que se tivesse justificado a falta ao deputado Manuel Dias Baptista e a outros não.

O deputado Fernando Moura prescindiu do uso da palavra.

O deputado Francisco Surreira pediu a alteração da sua intervenção, na página 16, porque o que ele perguntou foi se os contadores partirem com o gelo, quem arcaria com os prejuízos.

O deputado Luis Carril pediu a alteração na sua intervenção na página 14, em vez de “...a bancada do PSD riu-se porque o deputado tinha pedido a estrada de Lodeiro D’Árque a Moscoso...” deve ler-se “a bancada do PS riu-se...”

O deputado José Rodrigues disse que na sua intervenção da página 5 tinha feito um apelo às Câmaras do Alto Tâmega para que se juntassem numa única comunidade urbana de Trás-os-Montes e Alto Douro. Disse ainda que na sua intervenção da página 13 não tinha atribuído aqueles números ao Parque de Exposições. Não recorda os números que referiu, mas sabe que não são os que constam na acta.

Findas as correcções, a acta foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com cinco abstenções.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Domingos Vasconcelos, Manuel Duarte, Fernando Moura, José Coelho, João Duarte, Francisco Surreira, Jorge Fernandes, Pedro Giesteira e Acácio Moura.

O deputado António Cascais, depois de ter visto a confusão que se instalou na aprovação da acta, sugeriu que as alterações à mesma fossem apresentadas por escrito já que todos os membros recebem a acta atempadamente. Sugeriu ainda que as actas fossem gravadas à semelhança do que acontece noutros Municípios. Referiu ainda que, depois de ter lido a acta da última sessão, notou uma certa agitação no sentido de ter abandonado a Assembleia. Disse que não o fará nunca porque foi eleito democraticamente pelo PSD. Falou no financiamento dos partidos e, na sequência do

que aconteceu a Alain Juppê em França, lembrou-se de fazer a associação a Montalegre porque considera que há um exagero nos partidos, em geral, e a contenção e o cumprimento da lei são importantes. Em Montalegre tem-se assistido a que as Juntas de listas independentes têm sido contactadas para justificarem as suas despesas porque não o fizeram atempadamente. Referiu ainda que nas próximas eleições, que são as do parlamento europeu, tem de haver responsabilidade, que começa por todos e ainda por aqueles que têm responsabilidades a nível do concelho. Sobre os arranjos na vila disse que nos passeios já se viram esferas, vasos de granito e agora vêm-se uns mecos. Daqui se deduz que há alguma confusão por parte da Câmara porque não sabe o que se lá vai colocar. Parece-lhe que nada deve ser colocado nos passeios porque os passeios são para as pessoas. Na altura da aprovação do regulamento de trânsito disse que junto à estação dos correios poder-se-ia estacionar momentaneamente para as pessoas poderem tratar de assuntos mais rápidos e agora vêm-se lá uns mecos de pedra. Também os blocos que se estão a pôr nos passeios e as floreiras causam obstáculos aos peões. Perguntou ainda se irá haver uma revolução, como noutras localidades, com a transferência dos serviços dos correios para entidades privadas.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que o Senhor Presidente da Câmara devia chamar a atenção na questão da sinalização das obras nas aldeias. Os funcionários deviam ter alguma formação na questão da proibição de trânsito porque tem conhecimento de que na aldeia de Sidrós o trânsito esteve interrompido durante vinte dias numa rua principal. Quando as obras terminarem, os sinais devem ser de imediato retirados. Falou de um espigueiro que está todo marcado para ser mudado de sítio e sabe que há vontade por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferral para fazer essa mudança, mas falta a verba.

O deputado Manuel Duarte perguntou se a mata do Avelar poderia ser candidata a algum financiamento para se proceder à sua limpeza já que o último verão foi muito fustigado com incêndios e é preciso prevenir. Pergunta se deu entrada nos serviços da Câmara algum projecto para um campo de golf e se o Senhor Presidente tem alguma informação no sentido de saber se são pessoas credíveis.

O deputado Fernando Moura disse que fica contente quando vê as freguesias com placas com os nomes e números nas ruas, mas vê outras que ainda não têm essa sinalização. Não sabe se a culpa será da Câmara ou das Juntas. Falou sobre a rotunda da Corujeira que tem algumas anomalias que têm de ser corrigidas.

O deputado José Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Viade de Baixo, disse que a máquina D 6 andou na sua freguesia durante o mês de Dezembro. Avariou e teve de ir a Chaves compor a avaria e não voltou para a freguesia, foi para outros locais. Pediu que voltasse lá novamente para terminar o serviço. Pediu ainda a construção do depósito de água em Brandim.

O deputado João Duarte disse que na marginal do Cávado os taludes estão descarnados, sem sinalização e todos os dias há pedras na estrada. Disse ainda que todos os dias se vêem cães a passear pela vila, o que dá mau aspecto. Falou também dos cães que existem no centro da vila, o que se faz sentir mais durante a noite. Perguntou se durante o fim de semana houver avarias no saneamento ou na água para que número se deve ligar.

O deputado Luís Carril disse que a árvore de Natal de Salto prepara-se para lá ficar colocada mais um ano. Disse que a estrada de Salto/Linharelhos está em obras há um ano e gostava de saber se assim iria estar durante mais um ano porque assim sendo já parece a Casa do Capitão e vamos ter obra para 10 anos. Sobre as transferências para as Juntas de Freguesia que não foram aceites, sabe agora que a Câmara aproveitou a proposta do PSD porque transferiu 1500 contos para a Junta de Freguesia de Salto. Só gostava de saber para que efeito.

O deputado Francisco Surreira disse que tinha pedido os projectos da avenida mas não lhe foram entregues.

O deputado Jorge Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Cervos, disse que tinha pedido manilhas para o Alto Fontão e gostava de saber se iriam fornecê-las ou não. Disse ainda que o catrapiler esteve parado junto ao Matadouro e a Junta de Freguesia pediu essa máquina para fazer alguns trabalhos na freguesia, já que estava ali perto, mas passados duas horas retiraram de lá a máquina. Gostava de saber se essa retirada se deveu ao facto da Junta de Cervos ter feito o pedido.

O deputado Pedro Giesteira, Presidente da Junta de Freguesia de Cabril, felicitou a Câmara pelo projecto das margens do Cávado. Sobre a sua freguesia, disse que é uma porta de entrada para o Parque Nacional Peneda Gerês mas que não tem sinalização adequada e as pessoas andam, muitas vezes, perdidas sem saber por onde ir. Disse ainda que a estrada para Barreirinha aluiu e pediu o seu arranjo.

O deputado Acácio Moura disse que a Rua do Forno Velho, em Montalegre, é muito estreita e não dá para ter dois sentidos. Devia ser corrigida essa situação porque, apesar de ter pouco trânsito, causa transtorno ao pessoal do parque que por ali tem de passar.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção pedindo ao membros da Assembleia que vissem a moção que iria ser apresentada à Associação Nacional de Municípios Portugueses e que ponderassem a possibilidade de esta ser votada, nesta sessão, no período antes da ordem do dia. Sobre a segurança no concelho, informou que tinha reunido o Conselho Municipal de Segurança para perguntar às forças da GNR se tinham condições para garantir segurança às populações. Falou de uma cena lamentável que se passou com jovens de Montalegre que agrediram outros jovens que aqui tinham vindo passar o fim-de-semana. Na reunião a GNR assumiu não ter os meios necessários e foi referido até que há pessoal do posto que vai fazer serviço aos campos de futebol da 1ª Divisão, o que prejudica o serviço no concelho. Do facto, e da necessidade de alteração desta situação, deu conhecimento ao Senhor Ministro da tutela. Sobre a limpeza no concelho, disse que tem vindo a apelar aos presidentes de Junta no sentido de colaborarem. Referiu que há lixo por todo o lado, mas não se consegue levantar nenhum auto porque não se sabe a quem. Sobre a taxa do lixo, disse que esta está a ser lançada e vai-se actuar como em todas as aldeias. Dentro da zona urbana, mesmo que seja um palheiro, tem que pagar a taxa do lixo e quem tem duas casas tem que pagar igualmente. Sobre as comunidades urbanas, disse que tem havido algumas movimentações e está a terminar o prazo para se formarem. Começou-se com a hipótese de se criar a comunidade do Alto Tâmega, depois pensou-se na região de Trás-os-

Montes e Douro, mas irá ficar-se pela comunidade Trás-os-Montes incluindo o distrito de Bragança. Referiu ainda que pediu aos párocos para alertarem as pessoas para terem mais cuidado com a segurança, mas pediu que não houvesse alarmes exagerados sobre esta matéria porque isso criava maior medo e intranquilidade.

Ao deputado Acácio Gonçalves, sobre a sua intervenção na acta da última sessão, disse que já tinha ouvido falar muitas vezes e até comparar Montalegre e Boticas, mas há mais cozinhas com projecto em Montalegre do que em Boticas. O empenho da Câmara nesse processo é indispensável mas é efectivo. Também é verdade que a fábrica é importante para certificar o presunto, porque as cozinhas só podem certificar a chouriça e só podem vender num raio de 40km ao passo que a fábrica certifica também o presunto e não tem raio de venda.

Ao deputado António Cascais disse que as ruas da vila foram todas remodeladas em termos de canalizações para a água e saneamento. Houve um erro nas floreiras, que foi culpa do empreiteiro, mas que irá ser corrigido. Sobre o estacionamento junto à estação dos correios, disse que era para ficar assim. Não é estacionamento para ninguém, é só para uma emergência ou para alguém que precise de ir ao correio e demorar pouco tempo. Disse não perceber a contradição quando o deputado António Cascais reclama o passeio para as pessoas e agora aqui queria o passeio para os carros. Sobre a extinção do posto dos CTT em Montalegre, disse não acreditar que haja vontade de extingui-lo. Há sim a possibilidade de se acabar com esses serviços em algumas aldeias e de privatizar a estação de Montalegre entregando-a a funcionários ou a uma companhia de seguros, garantindo-se sempre os serviços. Claro que isso é andar para trás em termos de serviço público e tem de ser contestado.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse que a mudança do espigueiro de Sidrós já está a ser resolvida e irá ser adjudicada brevemente.

Ao deputado Manuel Duarte, sobre a mata do Avelar, disse que a sua limpeza não cabe só ao Estado, assim como os caminhos, porque alguém recebe o dinheiro da venda dos pinheiros. Em relação ao campo de golfe, disse que não havia nada em concreto, aquilo que existe são algumas possibilidades e prospecções. Não tem opinião sobre as pessoas.

Ao deputado Fernando Moura disse que faltam muito poucas placas toponímicas nas aldeias. Pediu que os presidentes de Junta indicassem os nomes das ruas para se mandarem colocar. Sobre a rotunda da Corujeira, disse que iria ser retocada e acertada.

Ao deputado José Coelho disse que o D6 tinha ido para Viade durante 10 dias, mas não pode fazer o trabalho todo da freguesia porque todos os dias são dadas ordens para as máquinas fazerem serviços urgentes.

Ao deputado João Duarte disse que a marginal do Cávado ainda está em obras e que não vale a pena alarmar porque não vai cair nenhuma casa. Sobre os cães, disse que devem ser identificados para se actuar, mas o sistema de apanhar os cães com as redes não funciona. Os problemas com as águas ao fim-de-semana, normalmente, resolvem-se de forma particular porque toda a gente conhece o encarregado. Mas vai haver informação na factura em como se deverá proceder.

Ao deputado Luís Carril disse que não é durante o inverno que se deita o tapete nas estradas. Referiu ainda que se vai fazer o alargamento de mais duas curvas e depois ficará apta para levar tapete.

Ao deputado Acácio Moura disse que a Rua do Forno Velho é uma rua com pouco movimento, praticamente só é utilizada pelo pessoal do Parque e pelos moradores. Disse que não sabe se privar os moradores de passar aí será necessário, tendo em conta que o PNPG vai sair.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais, Domingos Vasconcelos, Acácio Gonçalves e Luís Carril.

O deputado António Cascais disse que as explicações do Senhor Presidente da Câmara nada têm a ver com as intervenções que foram feitas pelos deputados. Sobre a taxa do lixo, disse que está tudo muito bem, o que não lhe parece bem é que a taxa seja a mesma para aquelas aldeias que ainda não têm recolha. Referiu ainda que ficam muito mal os contentores que aparecem sobrelotados e com lixo por fora durante vários dias. Sobre as comunidades urbanas, disse que os dirigentes políticos não têm sido convidados para participar nas reuniões. Para o bem e para o mal e a existirem compromissos cabem só à pessoa do Sr. Presidente da Câmara.

O deputado Domingos Vasconcelos perguntou se o espigueiro de Sidrós irá ser retirado a longo ou a curto prazo. Uma vez que já se falou em segurança, referiu que aquilo que se passou na Feira do Fumeiro é de lamentar e os responsáveis têm de ser condenados. A GNR devia estar lá para actuar.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o programa AGRIS e a Feira do Fumeiro são uma dualidade inseparável. O AGRIS precisa do apoio da Câmara e a Câmara tem uma técnica que é a Eng.^a Ana Justo que deve estar a trabalhar na Câmara e não na Caixa para dar apoio às pessoas. Sobre o número de cozinhas, pensa que o Sr. Presidente da Câmara está enganado em relação aos números porque Boticas está a ultrapassar Montalegre. Referindo-se ao Matadouro, disse que é um intermediário porque toda a gente sabe que compram gado no Alentejo. Referiu ainda que aquela instituição é uma sociedade unipessoal onde toda a gente que ali trabalha é familiar do administrador.

O deputado Luís Carril disse que, na sua intervenção, tinha perguntado se a estrada da Borralha iria demorar muito tempo e o Sr. Presidente da Câmara não respondeu. O argumento que deu não lhe agradou porque, na altura das eleições, colocou betuminoso na estrada da fronteira durante o inverno. Disse ainda que também não lhe respondeu sobre as transferências de verbas para a junta de Salto. Perguntou se essa verba é para alguma obra em concreto ou se é só para aproveitar a proposta feita pelo PSD.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. Disse que a taxa de lixo é diferente da vila para as aldeias. Sobre a limpeza disse que o grande problema é que as pessoas não colocam o lixo em sacos plásticos, como devia ser. Sobre as comunidades urbanas, disse que tinha dado explicação suficiente. Não há partidarização dessa questão e disse que teve o cuidado de trazer perante os deputados da Assembleia Municipal as diligências que têm sido tomadas. Referiu ainda que quem vai tomar a decisão final não serão os presidentes de Câmara, mas sim as Assembleias Municipais. Sobre o espigueiro de Sidrós, disse que

está adjudicado e brevemente será transferido do local. Pensa que o deputado Acácio Gonçalves deve corrigir aquilo que disse porque, contrariamente aquilo que disse, o matadouro serve os produtores, e os produtores precisam do matadouro. Em seu entender, ainda bem que se abate gado que vem de fora porque assim garantem o emprego às pessoas que lá trabalham. Sobre as cozinhas pediu ao Sr. Acácio para rever os números porque quem está enganado é ele. Sobre as transferências para as juntas, disse que sempre as houve e vai continuar a haver.

Foi posta a discussão a seguinte moção:

“MUNICÍPIOS DE MONTANHA

Especificidade no quadro no quadro das políticas comunitárias

- a) Considerando que as Regiões de Montanha assumem as funções de interesse geral, nomeadamente a nível ambiental, social e cultural e constituem um património excepcional que importa não só preservar como, e sobretudo, valorizar;
- b) Considerando que estas regiões ocupam uma vasta superfície do território nacional e europeu;
- c) Considerando que a estas regiões estão normalmente associadas dificuldades estruturais que importa equacionar para ultrapassar, tais como dificuldades de construção e conservação de infra-estruturas, fixação de população, prestação dos serviços essenciais, aproveitamento de potencialidades locais, levando a que as questões do desenvolvimento se coloquem de forma muito específica;
- d) Considerando a necessidade de conjugação das várias políticas sectoriais inscritas numa política global de montanha e de ferramentas adequadas aos territórios de montanha e aos seus habitantes, reconhecendo-se a necessidade de um papel de soluções, de meios de agir e de uma atenção particular à problemática de montanha;
- e) Considerando o papel interveniente das Autarquias Locais na definição e implementação dessas políticas e a particular importância aos poderes locais e regionais, exortando-se à definição a nível europeu duma política global de montanha, na perspectiva da convergência das políticas de montanha por parte dos Estados-Membros da União Europeia;
- f) Considerando que uma estratégia de desenvolvimento das regiões de montanha deverá reunir como principais linhas orientadoras, um esforço prioritário a favor da qualidade, um esforço a favor do desenvolvimento turístico dominante, um esforço a favor do desencravarimento e da estrutura do espaço da montanha, um esforço a favor da agricultura, e da floresta, um esforço a favor dos produtos locais, das actividades industriais e artesanais, um esforço a favor duma procura e formação objectiva sobre as problemáticas locais, um esforço a favor da qualidade de vida e do emprego e ainda o reforço da identidade e autonomia da montanha.

O Município de Montalegre reclama:

- I. O reconhecimento efectivo das particularidade e das actividades das regiões de montanha;
- II. A inserção da Montanha na agenda política da União Europeia e no quadro dos fundos estruturais;
- III. A criação de um instrumento político comunitário em prol dos territórios de montanha;
- IV. Procedimentos de resposta mais harmonizados no âmbito da apresentação de propostas e da gestão dos fundos comunitários ao nível das regiões de montanha;

O Município de Montalegre apela ao empenho de V^a Ex^a para que as negociações no IV Quadro Comunitário de Apoio venha a ser aprovado um programa específico para as zonas de montanha.

Montalegre, 28 de Janeiro de 2004

O Presidente da Câmara
Dr. Fernando Rodrigues”

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Ricardo Moura e Acácio Gonçalves.

O deputado António Cascais disse que apoia a posição que foi tomada pela Câmara e que dispensava que o assunto fosse tratado noutra sessão e que poderiam votá-la nesta assembleia.

O deputado Ricardo Moura disse que a moção já vem atrasada e não devemos atrasá-la mais porque quanto mais tempo perdermos pior.

O deputado Acácio Gonçalves disse que está de acordo e congratula-se com a moção apresentada, por isso vota favoravelmente.

Posta a votação, a moção foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes de toda a correspondência recebida.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Actividade e situação financeira da autarquia

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório da actividade e situação financeira da autarquia do período que decorreu desde a última sessão até à presente data.

Inscreveu-se para intervir o deputado Luís Carril que disse que, da análise do documento, verificou que a brigada de Salto fez um muro de suporte, mas não sabe a que se refere.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que são pequenos trabalhos levados a cabo pela equipa e que não anda a medir as obras a palmo.

A Assembleia tomou conhecimento.

3. 1ª Revisão documentos previsionais, ano financeiro de 2004 (orçamento da receita, da despesa, PAM, e PPI)

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e Luis Carril.

O deputado António Cascais disse que esta alteração se impunha porque há dinheiro, o que vem contrariar um pouco os últimos discursos de que “não há dinheiro, não nos dão nada”. Mostrou alguma estranheza no reforço de algumas verbas como, por exemplo, combustíveis, Ecomuseu, água a Cabril, Biblioteca, marginal do Cávado e obras do Parque de Lazer de Penedones onde, a seu ver, reina alguma confusão, mas espera que, com o reforço substancial, se termine a obra. Pediu ainda explicações em relação à aquisição das casas florestais.

O deputado Luis Carril disse que sempre que há uma revisão ao Plano “toca” sempre à sua freguesia, onde se reduziu a verba para a água da Borralha que é uma das áreas onde não se deve cortar. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia, disse que vai passar a colocar-lhe as questões por escrito pois o Senhor Presidente da Câmara não tem respondido às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que as casas florestais eram um presente envenenado para as Câmaras porque estas gastavam o dinheiro com as obras de recuperação, mas as casas não seriam propriedade das Câmaras. Referiu que agora havia a hipótese de as Câmaras comprarem as casas, depois de ser feita uma avaliação. Não serão de graça, mas também não terão um preço muito elevado. Informou ainda que as casas florestais estão incluídas no Plano para deixar uma abertura para essa possibilidade. Sobre o Parque de Campismo de Penedones, disse que foi financiado pelo Leader e está neste momento na 3ª fase, que irá concluir a obra toda. Os atrasos devem-se ao facto de o financiamento ter sido sempre só para uma parte da obra e não para grande parte da mesma. Sobre a Biblioteca, informou que as obras estão quase pagas. Foi aprovado o projecto do mobiliário e o sistema informático, que irá ser todo novo. Sobre a verba ao Ecomuseu, informou que foi reforçada porque havia uma candidatura antiga que não foi aprovada pela rede de museus e fez-se uma outra candidatura e, neste momento, já se pode dizer que está aprovada. Sobre o reforço da verba para combustíveis, disse que foi para permitir que o Plano tivesse capacidade financeira e para não se andar sempre a fazer alterações. Sobre a intervenção do deputado Luis Carril, disse que não tinha outra resposta para além daquilo que já tinha dito.

No final da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, inscreveu-se para esclarecimentos o deputado António Cascais que disse que aceitava a explicação dada referente às casas florestais mas, em seu entender, reparar as casas florestais e abandonar as escolas primárias não lhe parece bem.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com duas abstenções.

4. XIV Congresso da ANMP – Eleição do representante das Juntas de Freguesia

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e António Fidalgo.

O deputado António Cascais disse que tem sido prática a delegação que representa o concelho de Montalegre ser unicolor e por isso propôs maior diversidade e apresentou como candidato para a participação no congresso da ANMP o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Montalegre, Armando Rodrigues Mendes Duarte.

O deputado António Bernardes Fidalgo apresentou como candidato o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferral, José Miranda Alves.

As duas propostas foram postas a votação, por escrutínio secreto, tendo sido atribuída a letra A ao candidato apresentado pelo deputado António Cascais e a letra B ao candidato apresentado pelo deputado António Bernardes Fidalgo.

Deliberação: Foi eleito o candidato da lista B com trinta e um votos a favor. O candidato da lista A obteve vinte e oito votos a favor.

5. Proposta de Alteração dos Estatutos da ADERE – Peneda Gerês

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia, dizendo que havia que agilizar a Associação e por isso fez-se esta alteração. A ideia geral, com a qual todas as Câmaras concordaram, é que tem de haver mais responsabilização para que a Associação funcione mais eficazmente.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Acácio Gonçalves, Ricardo Moura e José Rodrigues.

O deputado António Cascais disse que este aumento diz respeito à Câmara e à Associação, para ela estar integrada não votaria estes estatutos pois politicamente está de acordo com o aparelho. Disse ainda que há pormenores que podem provocar disfunções, mas acredita na boa intenção de quem os fez e se a Câmara os votou favoravelmente dá-se o benefício da dúvida.

O deputado Acácio Gonçalves disse que não foi apologista desta associação e lamentou que a ADERE Barroso tivesse acabado. Disse que Montalegre não tem semelhança com os Municípios que fazem parte dessa Associação porque os objectivos são diferentes.

O deputado Ricardo Moura disse que as associações funcionam bem quando se trabalha e quando não trabalharem o melhor é deixá-las cair.

O deputado José Rodrigues disse que é preciso que as organizações sejam eficientes e eficazes na sua actuação, mas torna-se necessário que os municípios cumpram as suas obrigações.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que não se trata de uma associação cultural, mas sim empresarial que tem que trabalhar e mostrar aquilo que vale. Referiu que já foi feito o mesmo com a ADRAT porque as Câmaras pagam os funcionários e os restantes sócios não pagam as cotas, mas têm os mesmos direitos. A ADERE Peneda Gerês é muito importante para a Câmara de Montalegre e para as câmaras do Parque porque sem ela não se teriam conseguido as aprovações das candidaturas Agris de Pitões e de Tourém porque a ADRAT não poderia gerir essas candidaturas. Em relação à ADERE Barroso, disse que o deputado Acácio Gonçalves poderá ter alguma razão, mas a ADERE Peneda Gerês não tem culpa nenhuma do que se passou.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra o público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário